



PAULLA SIMAS

Serra da Contenda

Na região onde os calunga vivem isolados há 250 anos, a anciã Isidora nem sabe a idade que tem

Nação calunga

Descendentes de escravos fugitivos habitam quilombo no nordeste de Goiás

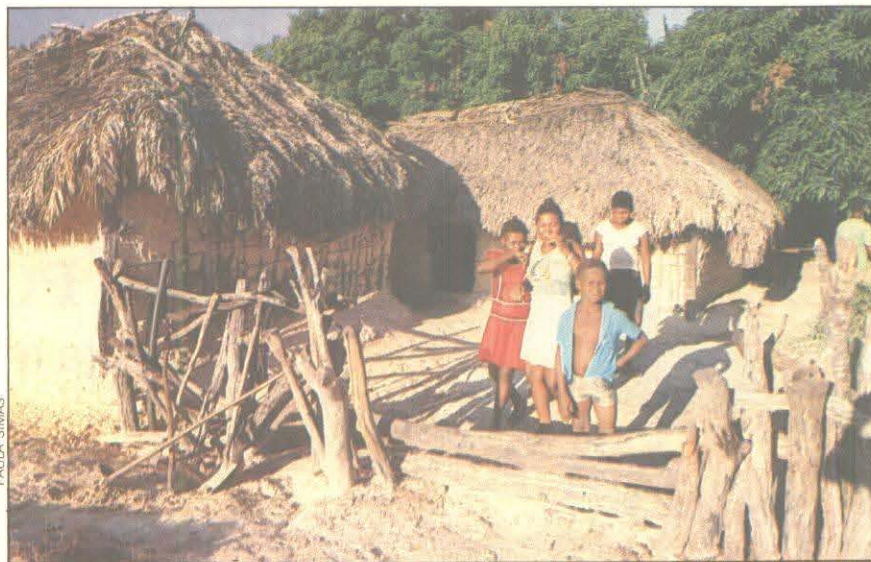
ILARA VIOTTI

No domingo, 10, a apenas 30 quilômetros da rodovia GO-118 e a seis horas de carro da capital do País, um lugarejo de quatro mil brasileiros não viu os dois gols de Careca, de quem nunca ouviram falar, no jogo de estréia do Brasil contra a Suécia. À noite não houve foguetório ou buzinaço, apenas conversa à beira da fogueira, como em qualquer outro domingo. Falou-se de ferramentas agrícolas. De quatro anos para cá, esse tem sido um dos temas mais constantes nas conversas dos calunga – um povo que vive no alto da serra da Contenda, no nordeste goiano. Hoje, esse povo está dividido entre continuar a ser o quilombo fundado há 250 anos pelos escravos fugidos das primeiras Bandeiras paulistas, consumindo somente o que

pode produzir, ou passar a ser a comunidade calunga “civilizada”, com direito à luz elétrica, educação, saúde, carros e estradas para escoar a produção agrícola.

O espaço de 24 mil hectares ocupado pelos calunga lembra em tudo as pequenas aldeias que ainda hoje existem na África: as casas são feitas com o barro claro da região

amassado sobre a estrutura de varas de pau-ferro, e caiadas com uma tinta extraída do mesmo barro. Na verdade, cada casa são duas: num cômodo fica a cozinha e no outro, separado deste por um estreito corredor ao ar livre, ficam os quartos – no máximo dois, onde são montados bancos cobertos por varas onde se coloca couro de gado para servir de colchão. As poucas mudas de roupa são penduradas, ou “agasalhadas” como dizem os calunga, em cordas trançadas de palha de buriti, a mesma que serve de teto às casas. Nas vigas são penduradas, à noite, redes de algodão tecidas lá mesmo,



PAULLA SIMAS

Casa própria

Moradias e aldeias como as que ainda hoje existem na África



ILICIANO ANDRADE

onde dormem os mais novos.

A luz nas casas calunga sai do pavio de pequenas lanternas de metal alimentadas com querosene. A água é buscada diariamente nas minas da região e armazenada em potes de barro cozido feitos pelas mulheres. Na cozinha um grande fogão de lenha está permanentemente aceso, e sobre ele uma panela com arroz – a base da alimentação calunga. “Aqui se come a galinha, o porco, arroz, farinha e, quando a terra permite, abóbora, jiló e batata”, explica Valdirene Santos, 18 anos, casada há quatro, mãe de dois filhos. Valdirene nasceu no alto da serra, e só foi à cidade de Monte Alegre, a mais próxima no pé da serra – cinco horas em lombo de burro –, uma vez, acompanhando o pai. Falando com o sotaque da região, no qual todas as vogais são

pronunciadas como se fossem acompanhadas por um r, Valdirene não quer sair do alto da serra. “Era melhor que aqui tivesse tudo o que é preciso”, considera.

Surpreendentemente saudáveis para quem vive de uma alimentação sem verduras e poucas frutas, os calunga já não usam os remédios produzidos a partir de ervas plantadas no terreiro. Além dos comuníssimos boldo e carqueja, poucas plantas são usadas na confecção de chás ou pastas para a cura de doenças mais comuns. Desde os anos 20, quando tiveram os primeiros contatos com a população urbana do pé da serra, e principalmente a partir dos anos 70, quando esse contato se intensificou, os calunga preferem os remédios industrializados, que são administrados por José Rodrigues, 54 anos, o agente de saúde da prefei-

tura mais próxima. Rodrigues só fica na área porque é marido da única professora primária da região, Maria de Jesus Rodrigues, 50 anos. Ambos moram na encosta da serra, a meio caminho entre a cidade e os calunga. Enquanto o marido administra doses regulares de vermífugos às crianças e adultos, Maria de Jesus dá aulas diárias para 64 das 1.500 crianças e adolescentes de sete a 17 anos.

Os dois concordam que é muito difícil fazer um trabalho mais consistente pelos habitantes do calunga. “O currículo tem de ser permanentemente adaptado para driblar os preconceitos dos pais”, explica Maria de Jesus. “É difícil convencê-los de que a escola deve ser freqüentada todos os dias, e não somente nos dias em que não há trabalho de ralagem da mandioca.” Para o agente de saúde os preconceitos atrapalham ainda mais: “Quando eles estão gripados, acreditam que não podem comer galinha, e se não tem outra coisa para comer, ficam com fome, o que não ajuda em nada a cura.” Maria de Jesus e Rodrigues são exemplos de dedicação: andam diariamente 20 quilômetros, parte de carro, e um bom pedaço a pé, para chegar à escola, que funciona também como posto de saúde.

Desde 1920 os calunga têm contato com as pequenas cidades no pé da serra da Contenda – Monte Alegre de Goiás, Cavalcanti e Teresina, principalmente. Desde então, começaram a ser substituídos costumes: as panelas de barro foram sendo aposentadas pelas de ferro e, depois, de alumínio. As roupas deixaram de ser tecidas com o algodão plantado e fiado na região pelas mulheres, e os pés ganharam chinelos e sapatos. “Antes era bom aqui, tinha plantação de tudo, fazia açúcar da cana, bem clarinha, queimava e moía o café, salgava a carne”, lembra, com uma ponta de nostalgia, a mais velha mulher calunga – Isidora Soares, que não sabe quantos anos tem. Isidora ainda usa vestidos até o tornozelo e está sempre enfeitada com um chale longo e um lenço na cabeça. “Agora estas meninas usam roupa no meio do joelho, é muito feio”, lamenta ela. Dona Isidora, como é chamada pelos mais novos, conta que quando era pequena não ouvia histórias de escravidão, mas morria de medo dos índios “bravos que nem o demo” que moravam do outro lado da serra. Segundo ela, eles vinham, de vez em quando, “roubar as muié para casar”. Depois de um tempo, os índios – os avá-canoeiro, nômades que ainda hoje passam pela região – passaram a freqüentar menos a área calunga, mas deixaram no povo a mistura de feições. Era comum o casamento entre eles, como é comum o casamento entre primos de primeiro grau. “Aqui só não casa irmão com irmã, o resto vale”, explica Gercílio Rodrigo Moreiras, 36 anos, casado há seis. ►►

“Se não casar com as primas não tem jeito, porque tem pouca gente para casar aqui”, afirma ele.

Às voltas também com as dificuldades de preservação da comunidade, os calunga estão agora entre dois fogos. Desde 1981, o remanescente do quilombo calunga vem sendo visitado pela antropóloga Mari Nazaré Baiocchi, da Universidade Federal de Goiás. Autora de um minucioso levantamento sobre a cultura e a sociedade calunga, Mari Nazaré tornou-se uma espécie de “consultora” para assuntos externos. Ela procura traduzir os sentimentos calunga para os moradores das cidades e vice-versa. Fez ao longo dos últimos dez anos, uma extensa pesquisa sobre a região e seus habitantes. Encontrou na prefeitura de Monte Alegre e na igreja Matriz documentos que provam a chegada dos calunga à região por volta de 1722, e começou a fazer contato com os negros em 1982. No dossiê calunga que produziu ela relata que nas primeiras visitas “os kalunga” – usando a palavra grafada com k – “receavam a volta à escravidão e recebiam com medo os brancos que lá chegavam. Não eram reconhecidos oficialmente pelo Estado de Goiás e só sabiam da existência da cidade por uns poucos que visitavam eventualmente o pé da serra”. A partir do trabalho da antropóloga foi possível suspender a construção da hidrelétrica de Foz do Bezerra, que Furnas ia construir no rio Paraná, que banha todas as áreas



dos calunga.

A antropóloga acredita que só há salvação para a cultura calunga se for evitada a entrada de estranhos na região. Em seu dossiê, conclui: “Os kalunga têm direito a viver em paz, e a região que tão bem preservaram deve ser transformada em santuário.” Tramita no governo de Goiás e no governo federal uma proposta de tombamento da região, com usufruto para os calunga, da qual Mari Nazaré foi a principal articuladora.

As idéias da antropóloga têm o respaldo de boa parte dos habitantes da área. Procópio dos Santos Rosa, 64 anos, uma das

mais fortes lideranças dos calunga, diz que não deseja, por exemplo, a construção de estradas de rodagem no local. Mas a geração mais nova, entre 20 e 30 anos, vê com bons olhos a chegada ao alto da serra de todos os benefícios da civilização – que acabam chegando, mesmo em lombo de burro, e ainda que de maneira lenta. O líder do que se pode chamar de ala “progressista” dos calunga, o jovem Manoel Moreira, 29 anos, acha que “não há futuro em lombo de burro”.

Autor das ações que acabaram por dar os títulos de posse da terra aos calunga, o advogado Ermilandes Milão Dias de Freitas, 34 anos, do Incri, apaixonou-se pela região e continua subindo a serra para acompanhar a construção das cercas e ouvir as necessidades da comunidade. Ele considera que o progresso, vindo na

forma de uma estrada de asfalto, não seria malvisto pelos calunga. “Sempre que eu os ouço, sinto que eles querem decidir sozinho sobre o modo como vão lidar com o progresso. Acho que o isolamento não os beneficiaria em nada”, afirma ele.

Divididos quanto ao caminho que deverão tomar no futuro, os calunga continuam vivendo, entre painéis de alumínio e potes de barro, calças jeans e redes de algodão cru tecidas por eles, lutando diariamente contra as invasões de terra que os fazendeiros da região insistem em continuar

Pelourinho burocrático

Dentro da Constituição mas fora da lei

Em 1847, a Assembléia Provincial do Maranhão votou uma lei para subsidiar a Justiça na punição a negros fugidos do trabalho escravo. A partir daí, os maranhenses consideravam quilombo “a reunião de dois escravos em local oculto”. No ano seguinte a cidade de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, votou um código dando à palavra uma definição mais elástica: para caracterizar um quilombo eram necessários três negros juntos escondidos “no mato”. Determinar o que é quilombo, hoje, é função da Fundação Cultural Palmares, uma instituição vinculada à Secretaria da Cultura do governo federal. Sem tal definição, será impossível cumprir o artigo 216 da Constituição, que determina o tombamento de todos os documentos e sítios onde haja reminiscências históricas dos antigos quilombos.

O pesquisador Mário Edson Andrade, da FCP, tem pronta uma proposta de definição, que não foi ainda oficializada, mas deve ser a base para qualquer trabalho futuro de levantamento do número de quilombos ainda existentes no País e sua situação atual. Pela definição nascida na Fundação Palmares, quilombos são os sítios historicamente ocupados por negros que tenham resíduos arqueológicos de sua presença, inclusive as áreas ocupadas ainda hoje por seus descendentes, com conteúdos etnográficos e culturais.

“A questão jurídica, no caso da identificação dos quilombos é muito sensível”, afirma o pesquisador Andrade. “Será necessária muita pesquisa histórica para determinar a existência de quilombos onde hoje há fazendas, povoados e mesmo cidades, com poucos traços dos quilombos que antes existiram.” À Fundação Palmares caberá definir também qual é o número exato de quilombos existentes no Brasil.

No Maranhão, o único Estado que fez o levantamento, há 120 áreas que têm ainda negros descendentes de escravos fugidos e que mantêm alguma identidade cultural de grupo. Andrade afirma que a maior parte dos quilombos se estabeleceu na região central do Brasil, no sertão de Minas Gerais e Goiás, a oeste do rio São Francisco. Abrangente, a definição de quilombo poderá determinar o tombamento de áreas como o bairro da Liberdade, em Salvador, com uma população negra estimada em 300 mil habitantes.

“A questão jurídica, no caso da identifi-

fazendo. Nas noites de festa, quando os problemas são esquecidos, reverenciam santos católicos e dançam a sussa, um improviso de canto e dança precedido de uma extensa ladainha em latim puxada por alguma das mulheres mais velhas do lugar. Na sussa as mulheres equilibram sobre a cabeça garrafas de cachaça e os homens puxam refrões em homenagem aos visitantes ou às pessoas do lugar que se destacaram durante o ano. Na fogueira de São João, por exemplo, são feitos também os casamentos, num ritual de palavras desconhecidas e bênçãos cristãs, com as rezas em latim. Nas longas caminhadas que fazem pela região, os calunga usam muito pouco o cavalo. Os pés são o mais rápido meio de locomoção pelas trilhas cavadas na areia fina do alto da serra, ou nas pedras da descida e da subida dos morros. Quando descem à cidade, os calunga andam até sete horas sob o sol forte, com os sapatos nas mãos, para que não se estraguem.



LUCIANO ANDRADE



LUCIANO ANDRADE

Artifícios

Reunião com o advogado Freitas, que ajuda a comunidade, e o isqueiro primitivo de chifre de boi, que também serve para espantar assombrações

Entre a areia e a pedra, preferem caminhar na pedra, “para não afundar o pé e atrasar a caminhada”, explica a menina Derli Alves, 13 anos, que caminha diaria-

mente seis quilômetros para assistir às aulas da professora Maria de Jesus. Se a caminhada é feita de noite atravessando o mato fechado, é fundamental ter, ao alcance da mão, o “artifício”, um isqueiro primitivo feito de chifre de boi – que, além de servir para fazer o fogo, tem a utilidade de “espantar as assombrações”, como explica José Soares, 64 anos. “Se vier uma assombração querendo montar na gente, é só triscar o cristal do artifício, e cheirar a fumaça. A assombração vai logo embora e pára de atormentar”, garante. “Seu Zezão”, como é conhecido, não sabe se quer ou não uma estrada de rodagem que facilite a subida até o alto da serra. Mas tem sentido, cada vez mais, como todos os outros, que as dificuldades crescerem. “Aqui, se falta querosene, fica faltando até alguém ir lá embaixo. Se um adoecer, tem de juntar 30 homens para levar até o pé da serra e conseguir transporte até o hospital.”

Há um mês, o embaixador do Canadá, John Piter Bell, visitou o quilombo e destinou, então, uma verba de US\$ 10 mil canadenses para ser utilizada como a comunidade desejar. Em sucessivas reuniões, os calunga discutem se preferem empregar o dinheiro numa escola, num posto de saúde ou em ferramentas agrícolas.

Contenda democrática

Quilombo tem progressistas e conservadores

Procópio dos Santos Rosa tem 64 anos e oito filhos. Manoel Moreira tem 29, é casado há quatro e tem três filhos. Cada um a seu modo, os dois são líderes dos calunga. “Dona” Procópio mora na “contenda”, um dos maiores núcleos calunga, com quase 700 habitantes. Manoel, ou “Tico”, como é chamado, mora na serra do Bom Jardim, que tem pouco mais de 300 habitantes. Procópio não quer uma estrada de asfalto, Tico quer. Ela não gosta muito de visitas, ele acha que é preciso quebrar as barreiras que ainda existem entre o alto e o pé da serra. Em muitos pontos eles divergem, mas há posições comuns sobre o que desejam para o futuro da comunidade que lideram. Querem educação igual à da cidade, gostariam de ter acesso aos hospitais com maior facilidade. E

acham também que o calunga, o antigo quilombo, deve permanecer exatamente onde está, nos limites que sempre existiram, mesmo antes das cercas e dos conflitos de terras com os fazendeiros da região. Eis as principais posições conflitantes entre os calunga, segundo dois de seus líderes:

Procópio dos Santos Rosa:

- Estrada não. Na estrada vem o bom e o ruim. Só que o bom vem devagar e o ruim vem bem depressa.
- Não sei nada desse negócio de quilombo. Eu sei contar só do tempo que eu tenho entendimento.
- A gente quer ferramenta para trabalhar, máquina de costura para coser as roupas, remédio para tratar as doenças. Mais que isso não precisa não.

- O bom é nós ficarmos por aqui, sem incomodar os outros, mas sem ser incomodados também.

Manoel Moreira:

- Não adianta plantar, colher, não poder vender para comprar as necessidades. Se o que nós usamos custa dinheiro, tem que ter dinheiro para comprar. E levar a produção no lombo do burro não dá.
- Quilombo? É assim que o povo de fora chama a gente. Eu não sei disso, só sei que minha mãe contava que nós chegamos aqui atravessando de navio da ... como é que chama mesmo? África, não é?
- Se tiver ferramenta, é bom, mas não adianta trabalhar para depois ter de jogar fora ou dar de presente. E a serra não deixa qualquer coisa descer, e não é tudo que pode subir.
- Eu mesmo acho que se meus filhos quiserem, depois de crescidos, ir embora, eles vão. O que eu posso fazer? Eles vão estar no direito deles. Eu mesmo quero ficar.